

COLEÇÃO **PENSAR A  
AMÉRICA LATINA  
E O CARIBE**

**LIVRO III**  
**QUESTÕES CONTEMPORÂNEAS  
DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS  
DA AMÉRICA LATINA**

**ORGANIZADORAS**

VIVIAN URQUIDI

MARGARIDA NEPOMUCENO

MAYRA COAN LAGO

JOANA DE FÁTIMA RODRIGUES

RITA DE CÁSSIA MARQUES LIMA DE CASTRO

SABRINA RODRIGUES

 **FAPESP**

PROLAM  
editora



**COLEÇÃO**  
**PENSAR A AMÉRICA LATINA E O CARIBE**

**QUESTÕES CONTEMPORÂNEAS DAS RELAÇÕES  
INTERNACIONAIS NA AMÉRICA LATINA:  
POLÍTICA EXTERNA, TENSÕES E  
COOPERAÇÕES INTERNACIONAIS**

**LIVRO III**

**PROLAM**  
editora

Copyright © 2019 dos organizadores e autores dos textos

É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e autoria, proibindo qualquer uso para fins comerciais. A exatidão das informações, conceitos e opiniões é de exclusiva responsabilidade dos autores, os quais também se responsabilizam pelas imagens utilizadas.



**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Questões contemporâneas das relações internacionais na América Latina [livro eletrônico] : política externa, tensões e cooperações internacionais / organização Vivian Urquidi ... [et al.]. -- 1. ed. -- São Paulo : PROLAM/USP, 2019.  
1,70 Mb ; PDF

Outros organizadores: Margarida Nepomuceno, Mayra Coan Lago, Joana de Fátima Rodrigues, Rita de Cássia Marques Lima de Castro, Sabrina Rodrigues

Bibliografia  
ISBN 978-85-88376-06-9

1. América Latina - Relações internacionais  
2. Ciências humanas 3. Ciências sociais 4. Relações internacionais I. Urquidi, Vivian. II. Nepomuceno, Margarida. III. Lago, Mayra Coan. IV. Rodrigues, Joana de Fátima. V. Castro, Rita de Cássia Marques Lima de. VI. Rodrigues, Rodrigues

20-46499

CDD-327.101

**Índices para catálogo sistemático:**

1. Relações internacionais : Ciência política  
327.101

Maria Alice Ferreira - Bibliotecária - CRB-8/7964

## FICHA TÉCNICA

### **Coleção Pensar América Latina e o Caribe**

Livro III – *Questões contemporâneas das relações internacionais na América Latina: política externa, tensões e cooperações internacionais*

**Arte da capa:** Camila Antunes Madeira da Silva

**Projeto e Edição Gráfica:** Editora Terceira Margem

**ISBN:** 978-85-88376-06-9

**DOI:** 10.29327/524256

E-book gratuito e de livre circulação.

Proibida a venda e seu uso com fins comerciais.

### **Organizadoras**

Vivian Urquidi

Margarida Nepomuceno

Mayra Coan Lago

Joana de Fátima Rodrigues

Rita de Cássia Marques Lima de Castro

Sabrina Rodrigues

### **Instituição realizadora**

Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina – PROLAM/USP

### **Coordenação do PROLAM/USP**

Prof. Dr. Julio Cesar Suzuki (FFLCH/PROLAM/USP) - Coordenador

Prof. Dra. Lisbeth Ruth Rebollo Gonçalves – ECA/PROLAM/USP – Vice-Coordenadora

### **Instituições apoiadoras**

Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO)

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de S. Paulo (FAPESP)

Pró-Reitoria de Pós-Graduação da Universidade de São Paulo (PrPG)

### **Instituições parceiras**

Encontro de Pesquisadores da América Latina – PROLAM-EPAL/USP

Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH/USP)

Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP)

Editora da Universidade de São Paulo (EDUSP)

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP)

Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (FEA/USP)

Instituto de Relações Internacionais (IRI/USP)

Memorial da América Latina

Observatório Interdisciplinar de Políticas Públicas (OIPP)

Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais (NUPRI/USP)

Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)

Universidade de Mogi das Cruzes (UMC)

## Conselho Editorial

Afrânio Mendes Catani (FE/ PROLAM-USP)  
Alexandre Fuccille (UNESP; Santiago Dantas)  
Amalia Ines Geraiges de Lemos (PROLAM/FFLCH-USP)  
Amaury Patrick Gremaud (FEARP/ PROLAM-USP)  
Ana Elisa Thomazella Gazzola (Santiago Dantas)  
Ana Hoffmann (UNIFESP)  
Ana Paula Joaquim (UERR)  
Beatriz Walid de Magalhães Naddi (IRI-USP)  
Bela Feldman-Bianco (IFCH- UNICAMP)  
Bruna Muriel Fuscaldo (UFABC)  
Caio Boucinhas (FAU-Anhanguera)  
Camilla Geraldello (DCP/USP)  
Carla Regina Mota Alonso Diéguez (FESP-SP)  
Carolina de Roig Catini (FE / UNICAMP)  
Caroline Cotta de Mello Freitas (FESPSP)  
Catalina Gonzalez Zambrano (CEBRAP/FFLCH-USP)  
Claudinei Cássio de Rezende (PUCSP)  
Cremilda Celeste de Araujo Medina (ECA/USP)  
Cristiane Kerches da Silva Leite (EACH/USP)  
Cristina Nunez-Madrado (Universidad Veracruzana/México)  
Daniel Pereira Andrade (EAESP/FGV)  
Deivison Nkosi Mendes Faustino (UNIFESP)  
Dennis de Oliveira (ECA/PROLAM-USP)  
Dilma de Mello (ECA/PROLAM-USP)  
Edgard Monforte Merlo (FEARP/ PROLAM-USP)  
Eduardo Saad Diniz (FDRP/PROLAM-USP)

Eliel Waldwogel Cardoso (FSA)  
Elis Crokidakis Castro (UNESA)  
Fabiana Oliveira (PROLAM-USP)  
Flávia Loss de Araújo (UMC)  
Flávia Rios (UFF)  
Guillermo Arias Beatón (Cátedra L.S. Vygotski /U. de Havana/Cuba)  
Horacio Gutiérrez (FFLCH/USP)  
Iara Machado (PROLAM/USP)  
Igor Fuser (CECS/UFABC)  
Iram Jácome Rodrigues (FEA/USP)  
Isadora de Andrade Guerreiro (FAU / USP)  
Ivana Denise Grehs (UNESA)  
Janice Gonçalves (UDESC)  
Joana de Fátima Rodrigues (Unifesp)  
Júlio Suzuki (PROLAM/USP)  
Karina Fernandes (USP / UNIVESP)  
Karina Lilia Pasquariello Mariano (UNESP/Santiago Dantas)  
Laura Janina Hosiasson (FFLCH-USP)  
Lisbeth Rebollo Gonçalves (ECA/ PROLAM-USP)  
Luciana Rosa (UNIFESP)  
Lucilene Cury (PROLAM/ECA-USP)  
Luiz Antonio Dias (PUCSP / UNISA)  
Manoela Rossineti Rufinoni (EFLCH- UNIFESP)  
Márcio Bobik Braga (FEARP/ PROLAM)  
Maria Amélia Devitte Ferreira D'Azevedo Leite (FIAM-FAAM)  
Maria Cristina Cacciamali (FEA/ PROLAM-USP)  
Maria de Fátima Souza da Silveira (FFLCH-USP)  
María de Lourdes García Vázquez (LAHAS – UNAM/México)  
Maria Margarida Cintra Nepomuceno (PROLAM/USP)  
Maria Sabina Uribarren (MP/USP- UNIP)  
Marilene Proença Rebello de Sousa (PROLAM/IP-USP)

Marília-Marie Goulart (ECA/USP)  
Mayra Coan Lago (USP/ FSA)  
Murilo Gaspardo (UNESP)  
Orlando de Barros (UERJ)  
Osvaldo Coggiola (FFLCH/PROLAM-USP)  
Paulo Cesar Garcez Marins (MP/USP)  
Pedro Chadaverian (UNIFESP/ UFABC)  
Pedro Ortiz (Cáspes Libero e Belas Artes)  
Rafael Lopes de Sousa (UNISA)  
Regiane Nitsch Bressan (UNIFESP e REPRI)  
Renato Braz Oliveira de Seixas (PROLAM/EACH-USP)  
Renato Sztutman (FFLCH/USP)  
Ricardo Neves Streich (História Social-USP)  
Rodrigo Medina Zagni (UNIFESP)  
Salvador Schavelzon (UNIFESP)  
Sedi Hirano (FFLCH/ PROLAM-USP)  
Simone Rocha Abreu (FALC/UFMS)  
Sylvia Adriana Dobry (FIAM-FAAM)  
Thiago Mourelle (UFF/Arquivo Nacional)  
Úrsula Dias Peres (PROLAM/EACH-USP)  
Vanessa C. G. Teixeira (UNESP)  
Victor Gabriel Rodriguez (FDRP/ PROLAM-USP)  
Vitor Stuart de Pieri (Geografia/ UNICAMP)  
Vivian Urquidi (EACH/PROLAM-USP)  
Wagner Tadeu Iglecias (PROLAM/ EACH-USP)  
Waldo Sanchez Lao (ENAH/México e PROLAM-USP)  
Wladimir Mejía Ayala (UPTC/ Colômbia)  
Yanet Aguilera Viruéz Franklin de Matos (UNIFESP)

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	09
Introdução.....	16
<b>PARTE I - POLÍTICA EXTERNA</b> .....	<b>26</b>
<i>A influência dos fatores internos na formulação da política externa: o caso da fronteira Brasil-Argentina (1880-1900)</i>	
Bruno Pereira de Lima Aranha e Maximiliano Zuccarino.....	27
<i>As relações entre Brasil e Uruguai durante o Estado Novo (1937-1945): alguns apontamentos</i>	
Rafael Nascimento Gomes.....	37
<i>As internalidades e externalidades mexicanas em sua relação com Cuba durante a Guerra Fria</i>	
Beatriz Walid de Magalhães Naddi.....	58
<i>Conjuntura internacional latino-americana: a hegemonia estadunidense nas relações internacionais do Brasil e do Chile na Guerra Fria</i>	
Antonio Alves Silva Junior.....	70
<i>Ao sul da fronteira: uma análise sobre as tensões geopolíticas entre os EUA e o Irã a partir do atentado contra a associação mútua israelita argentina (1994)</i>	
Paulo Roberto Alves Teles.....	84
<i>O subimperialismo brasileiro revisitado: a experiência brasileira na América do Sul (1964-2014)</i>	
Carlos Magno Esteves Vasconcellos e Gabriela Blasi de Andrade .....	95
<i>O Foro de São Paulo e a política externa brasileira de 2003 a 2016</i>	
Ricardo Abreu de Melo e Pedro Silva Barros.....	108
<i>O BRICS e o reordenamento de poder na Geopolítica Mundial</i>	
Charles Pennaforte e Ricardo Luigi.....	122
<i>China e as novas modalidades da dependência: os casos da Bolívia e Brasil</i>	
Diego Pereira de Siqueira.....	136

<i>Os interesses estratégicos da China na Pan-Amazônia. Os riscos socioambientais da Belt And Road Initiative - Bri</i>	
Laura Cristina Feindt Urrejola.....	149
<b>PARTE II - COOPERAÇÃO INTERNACIONAL E INTERAMERICANA.....</b>	<b>164</b>
<i>Desenho de política para mobilidade acadêmica no âmbito do MERCOSUL</i>	
Franco de Matos.....	165
<i>Cooperação Sul-Sul e diplomacia da saúde: a política externa brasileira na nova agenda global</i>	
Rafaela Rodrigues Andrade.....	178
<i>Cooperação financeira na América do Sul: um balanço dos governos Lula da Silva (2003-2010)</i>	
Renan de Campos Colnago.....	192
<i>A participação brasileira na Comunidade Ibero-Americana de Nações (CIN): convênios, cooperação técnica e coordenação diplomática</i>	
Ayrton Ribeiro de Souza.....	204

# **A influência dos fatores internos na formulação da política externa: o caso da fronteira Brasil-Argentina (1880-1900)**

Bruno Pereira de Lima Aranha\*  
Maximiliano Zuccarino\*\*

## **O Brasil torna-se República**

Após um período de 67 anos sob um sistema monárquico, o Brasil tornou-se uma República em 1889. Tratava-se de um novo projeto de nação, mas que no que tocante à sua política exterior, não deixou de aspirar às pretensões imperialistas do período monárquico. O maior símbolo dessa continuidade é que o Barão do Rio Branco, Ministro das Relações Exteriores de quatro governos republicanos, era um monarquista convicto, tendo, inclusive, sido nomeado conselheiro do Império por Dom Pedro II nas vésperas do Golpe Republicano. O diplomata também evocava a República como uma continuidade da “civilização” do Império, herdeiro das tradições europeias, em contraposição às “repúblicas bárbaras” do lado castelhano do continente, resultado da fragmentação e “barbárie” do antigo Império Espanhol. O Barão usou esse argumento para justificar o alinhamento brasileiro com os Estados Unidos, “o Império do Norte”, em contraposição a uma possível aliança com os países vizinhos atrasados (Mello e Silva, 1995, p, 97-98).

No que respeitava a sua política exterior, o Barão do Rio Branco planteava uma posição de potencia regional para o Brasil. Reconhecia a liderança dos Estados Unidos a nível continental, e, mediante uma aliança com esta nação, buscava assegurar uma liderança para o Brasil a nível sul-americano. Parte desta política girava em torno da consolidação das fronteiras da nação. O Barão alcançou o posto de Ministro das Relações Exteriores após atuar como advogado da delegação brasileira em duas vitórias no tocante a dois litígios fronteiriços: em 1895 com a Argentina (questão de Misiones) e em 1900 com a França (questão das Guianas).

---

\* Doutorando em História pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Email: brunoaranha83@gmail.com

\*\* Doutor em História pela Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires (UNICEN), Membro da Planta Estable do Centro de Estudios Interdisciplinarios en Problemáticas Internacionales y Locales (CEIPIL-UNICEN)). Email: maximilianozuccarino@yahoo.com



O maior nome da diplomacia brasileira era intimamente ligado às maiores figuras do período monárquico, no entanto, essa não era a posição de grande parte da classe militar que apoiou o golpe militar em 1889, muito pelo contrário, olhavam para a Monarquia como um passado de atraso a ser superado. A tarefa de assegurar as fronteiras e de consolidar a “grandeza” do Brasil estaria nas mãos dos jovens republicanos e não mais do Império, cujo projeto teria sido falho.

Resulta importante lembrar que, a questão da ocupação das fronteiras, também foi um tema importante para o governo imperial. Em 1857, Jerônimo Francisco Coelho, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Guerra do Império, lançou a ideia de uma “colonização militar” para ocupar esses espaços “vazios” de fronteira com os antigos domínios castelhanos. A fundação de colônias militares foi parte de um amplo projeto, de modo que na década de 1850 foram criadas 21 colônias militares, espalhadas de norte a sul do Brasil. Na região sul, na área limítrofe à Argentina, foram criadas as seguintes colônias militares: Chopim (1859), Alto Uruguai (1879), Chapecó (1882) e Iguaçú (1889) (Nunes, 2012, p. 1).



*Colônias Militares Brasileiras*

Fonte do mapa: (Brüggemann, 2013, p. 43)

A influência dos fatores internos na formulação da política externa:  
o caso da fronteira Brasil-Argentina (1880-1900)

A Argentina respondeu o Império com a criação do Território Nacional de Misiones, um território controlado diretamente por Buenos Aires, localizado exatamente na área de litígio fronteiro com o Brasil (Moniz Bandeira, 2004, p. 44). Sendo assim, o olhar sobre a fronteira resulta num problema chave para entender os fatores internos que influenciaram na política exterior brasileira em relação à Argentina entre o final do Império e o início do período republicano. Segundo Rubén Perina, as relações exteriores de uma nação somente podem ser entendidas a partir de seus fatores internos (Perina, 1988). No caso brasileiro, ocupar os espaços “vazios” internos do país era de fundamental importância para que o problema “externo” não resultasse em uma possível ameaça. Ou seja, tratava-se da possibilidade de um avanço das nações vizinhas sobre territórios que os republicanos defendiam que fossem essencialmente brasileiros.

Nesse sentido, não se tratava apenas de um litígio de fronteira em relação a outros países. Era um processo de um contínuo avanço da ocupação do território brasileiro no sentido oeste, uma vasta região que ainda carecia de uma presença efetiva do Estado, sendo um processo semelhante ao da ocupação do oeste dos Estados Unidos durante o século XIX. Nesse caso, partindo dos pressupostos de Frederick Jackson Turner, a fronteira não é simplesmente uma linha demarcatória, trata-se de um processo onde ocorre toda uma problemática de ocupação da terra (Turner, 1893).

No caso brasileiro, o avanço desta fronteira interna fatalmente iria chocar-se com a fronteira externa. No que tocava as questões fronteiriças com a Argentina, os limites ainda não estavam definidos durante o início da República brasileira. Portanto, para os militares, ocupar as vastas regiões da região sudoeste do país, significava assegurar os interesses brasileiros ante uma possível cobiça argentina de dominar o território litigioso, considerado de vital importância para o novo governo brasileiro.

Levando em conta os fatores internos que influenciaram na política exterior brasileira do período, cabe perguntar: quem eram os jovens militares que sustentaram apoio ao novo governo Republicano?

Para responder a essa questão, é importante apontar para a existência da Escola Militar da Praia Vermelha, no Rio de Janeiro, então capital do país. Instituição criada em 1857, ainda no período imperial. Passou a ser conhecida como “Tabernáculo da Ciência” nos anos que antecederam o início da República, justamente porque era nesse espaço que seus alunos tomaram contato com as ideias científicas de vanguarda, oriundas da Europa. Tratava-se de um conjunto eclético de ideias científicas que iam do positivismo ao evolucionismo (Abreu, 1998, p. 71).

O diferencial desta escola residia na valorização do ideal meritocrático. Poderia ingressar nela, qualquer cidadão maior de 16 anos que sabia ler, escrever e efetuar as quatro operações. Isso já não ocorria nas outras escolas destinadas à “aristocracia de berço”. Essa “sociedade de corte” (Elias, 2001) consistia em um modelo onde somente pessoas com um grande capital social herdado poderia ter acesso às carreiras

mais tradicionais, como era o caso das faculdades de direito (Abreu, 1998, p.51-52, 67 e 71).

O caso da Escola Militar estava ligado a um contexto não somente nacional, mas de uma demanda global, que tocava a modernização dos exércitos. Nesse aspecto, ganhou importância as funções técnicas como a do engenheiro, profissão que ganharia muito prestígio dentro do ambiente militar no final do século XIX. A problemática de demarcação de fronteiras, atividade importantíssima para os Estados modernos da época, estava ligada diretamente à atuação dos engenheiros militares (Abreu, 1998, p. 92).

No entanto, essa era uma área rejeitada pelos bacharéis em direito, o que acarretou seu preenchimento por pessoas que não fossem de origem “nobre”. Essa geração de jovens militares se opunha à Sociedade de Corte brasileira, a qual conformava um grupo relativamente homogêneo por ter uma formação jurídica realizada nas duas principais escolas de direito do país, localizadas em São Paulo e Olinda (Abreu, 1998, p. 45).

Muitos alunos da Escola Militar eram oriundos do interior do país. No geral, não era de origem “nobre”, mas enxergavam a Instituição como uma maneira de conseguir algum tipo de inserção ou alguma oportunidade de conquistar algum trabalho de relevância na capital. Isso tampouco significava que fossem efetivamente parte da elite militar que estava descontente com o Império. O que cabe salientar é a importância deste grupo na sustentação ao processo que culminou com a queda do imperador e com a consequente Proclamação da República.

Esses jovens militares se encarregariam de dar prosseguimento à tarefa de avançar efetivamente as fronteiras do Estado brasileiro. No caso desta pesquisa, nosso enfoque é a questão referente à fronteira com a Argentina, localizada entre o oeste dos estados brasileiros do Paraná e Santa Catarina e o nordeste da província argentina de Misiones.

### **José Maria de Brito: um militar na fronteira**

Em meio à transição entre Monarquia e República, várias expedições e viagens foram patrocinadas pelo governo brasileiro em busca de maiores informações e relatos sobre a área de fronteira entre Brasil e Argentina, ainda pouco explorada, e que, de acordo com a mentalidade da época, era passível de desenvolvimento econômico. As extensas áreas dotadas de erva-mate, a paisagem natural e uma vasta área apta para a colonização chamaram a atenção desses viajantes. Dentre a variada gama de relatos dos viajantes que se dirigiram para a região, selecionamos para análise, o relato do militar José Maria de Brito, intitulado *Descoberta de Foz do Iguaçu e fundação da Colônia Militar*.

O militar era natural do estado do Piauí, mudou-se para a capital do país para estudar na Escola Militar da Praia Vermelha, o que influenciou diretamente em sua adesão à causa republicana. Foi membro da Comissão Estratégica de Guarapuava,

A influência dos fatores internos na formulação da política externa:  
o caso da fronteira Brasil-Argentina (1880-1900)

criada em 1888 pelo Ministério da Guerra do Império com a finalidade de ocupar a região de fronteira com a Argentina. Essa Comissão foi responsável por fundar a Colônia Militar do Iguazu em 1889, localizada na fronteira com a Argentina e com o Paraguai. Cabe salientar que nessa área, onde o rio Iguazu desemboca no Paraná (por isso o nome Foz do Iguazu), a fronteira já estava delimitada. A área que era objeto de litígio, situava-se a 80 km a leste de colônia.



Mapa argentino datado de 1882 onde o então Território Nacional de Misiones incluía as áreas a leste dos rios San Antonio e Pepirí Guazú, equivalentes atualmente às partes oeste dos estados do Paraná e de Santa Catarina.

(Amable; Rojas; Braunig, 2011. P. 154)

Outro ponto importante a enfatizar é que o relato se trata de uma memória póstuma sobre os acontecimentos ocorridos na época. Embora fosse lançado pela primeira vez em 1938, ainda carregava um teor altamente influenciado pelo contexto da mudança de regime no Brasil. O autor teceu pesadas críticas à Monarquia e exaltou o “dever republicano” de ocupar a fronteira com a Argentina. Para ele, tratava-se de uma nova política exterior que corrigiria os erros do governo anterior.

O fato de utilizar o termo “descoberta” no título da obra denota o quanto acreditava estar realizando um tipo de releitura do colonialismo e dos “descobrimientos” dentro do contexto de seu tempo. Seria uma espécie de colonialismo interno praticado pelas novas nações americanas que buscavam integrar os seus cantos recônditos de fronteira ao sistema capitalista, o que pode estar associado à própria expansão do capitalismo

e do neocolonialismo praticado pelas nações europeias na África e na Ásia (Zusman, 2010) (Serje, 2005).

Brito se autodenominava como um dos “descobridores” da região, projetava uma centralidade – baseada no Rio de Janeiro – em relação a uma periferia – região de Iguazu- a ser conquistada de maneira efetiva pelo Estado brasileiro. Se o projeto imperial havia cessado, caberia ao governo republicano levar adiante tal empreitada, sendo assim, julgava-se um representante nato desse projeto:

Depois (...) da descoberta e fundação da Colônia Militar da Foz do Iguazu, é tempo de escrevermos algo sobre estes acontecimentos (...) O principal móvel que me anima o sentimento, publicando este trabalho não é outro senão o de prestar mais um serviço ao meu país (...) (Brito, 2005, p. 23-24).

O primeiro capítulo intitulado *A Fronteira no fim do Império* faz uma contextualização da área fronteiriça nos momentos prévios à expedição. Se o título já denota o quanto o final da Monarquia estava próximo, a tônica principal do texto vai no sentido de atribuir aos militares republicanos o papel de levar adiante o projeto de ocupar a fronteira e fazer frente à Argentina “*por ser um ponto estratégico (...) bem como a fundação de uma Colônia Militar e a construção de um forte, com capacidade suficiente para opor obstáculos a nações estrangeiras que (...) tentassem invadir o nosso território*” (Brito, 2005, p. 29).

Na visão do autor, era essa uma preocupação exclusiva do Ministério da Guerra, e não necessariamente do governo imperial. Eram os militares que pressionavam o imperador a desenvolver políticas em relação à fronteira: “*(...) cogitavam de influenciar junto ao Governo Imperial, para fazer estacionar uma flotilha da Marinha Nacional, nas águas brasileiras, no Majestoso Paraná, a fim de melhor fiscalizar os interesses brasileiros na região*” (Brito, 2005, p. 29). Não obtendo êxito nessa questão, o próprio imperador foi alvo de críticas por parte dos militares, conforme aponta Brito: “*(...) Pedro II (...) e especialmente a malfadada política, protelaram a ideia nascente até cair no esquecimento (...) a ideia da descoberta da Foz do Iguazu continuou de lado; desapareceu mesmo das conversas usuais*” (Brito, 2005, p. 29-30 e 34).

Há que aclarar, uma vez mais, que o relato foi escrito tempos após a queda da Monarquia, portanto, era um espaço livre para o autor legitimar historicamente o golpe que findou o Império e estabeleceu a República. Essa é a tônica de todo o primeiro capítulo da obra e é somente a partir do capítulo seguinte que Brito relata os acontecimentos da expedição da qual fez parte como sargento. Ainda assim, não deixou de tecer críticas ao império e enaltecer a República, que, segundo ele, foi a responsável por levar o progresso à região. É uma narrativa fortemente influenciada pelo positivismo característico da época e que influenciou fortemente a classe militar brasileira. O fato de destacar o tenente da expedição, José Joaquim Firmino, como um eficiente engenheiro, nos revela uma conotação simbólica de oposição entre a

A influência dos fatores internos na formulação da política externa:  
o caso da fronteira Brasil-Argentina (1880-1900)

nova classe republicana, que seria vinculada ao progresso, e a antiga nobreza imperial dos bacharéis:

Em 7 meses e dias consegui o intrépido tenente Firmino efetuar a descoberta de tão desejada quão necessária Foz do Iguaçu, que comodíssimo de uns e a política de outros não haviam permitido antes!

(...) se este fato (ou descoberta) houvesse se realizado em outra época, quantos zeros acrescentar à direita do total supra? E por quantos meses seriam necessários multiplicar o número dos que foram empregados no grande feito?

(...) não houve político que se interessasse pela descoberta da Foz do Iguaçu. Foi preciso a intervenção de oficiais do Exército, para se realizar o acontecimento que nos ocupamos!

(...) César venceu em combates cruentos, com a espada em punho, ao passo que Firmino venceu em combates incruentos, com o instrumento de engenharia na mão, fato nobilitante (Brito, 2005, p. 48-49 e 55).

Vimos até agora como o contexto da ascensão dos militares provocou uma ruptura na política brasileira com a mudança do regime de governo. Através do relato de Brito, detectamos o discurso dos republicanos de menosprezar tudo o que era relacionado à Monarquia. O autor tinha a intenção clara de transmitir uma mensagem que colocava o regime republicano como o verdadeiro pioneiro de uma política de efetiva ocupação da fronteira. Tal afirmação é passível de uma análise crítica, no entanto, não é nossa preocupação realizar algo nesse sentido, mas cabe aclarar, conforme já foi visto, que foi o Império que iniciou tal política através da implementação das colônias militares por toda a fronteira oeste brasileira, incluindo as quatro que foram construídas junto à fronteira com a Argentina.

No que tocava a sua visão a respeito da presença argentina na fronteira, Brito enfatizou em ser relato que eram os estrangeiros que se faziam presente na fronteira e que tiravam proveito econômico da região. Outro dado importante, apresentando pelo autor é que as comunicações entre a costa marítima brasileira e a região de Iguaçu tinha que passar obrigatoriamente por território argentino. Para realizar uma viagem do Rio de Janeiro até a Colônia do Iguaçu, era necessário ir por mar até Buenos Aires, em seguida, subir o rio Paraná até chegar em território brasileiro. O centro urbano mais importante da região era a cidade de Posadas, capital do então Território Nacional de Misiones. Não existia até então uma rota terrestre direta entre o litoral brasileiro e a fronteira oeste paranaense. As comunicações entre Iguaçu e a capital eram realizadas via Posadas: “*A partir dessa data foi possível o tenente Firmino se comunicar com o Chefe da Comissão, via Pozadas, República Argentina*” (Brito, 2005, p. 55).

A preocupação com a presença argentina em território brasileiro foi relatada pelo militar quando chegou a Iguaçu: “*Por ocasião da descoberta da foz do Iguaçu o território brasileiro já era habitado. Existiam no mesmo 324 almas, assim descritas:*

*brasileiros 9: franceses, 5; (...) argentinos, 95 (...)*” (Brito, 2005, p. 57) Logo, *concluimos que a “descoberta”* era somente por parte da expedição militar brasileira, já que a ocupação do espaço já era realizada pelos argentinos, e muito antes pelas etnias indígenas guaranis e kaingangs.

O discurso em relação aos argentinos ficou ainda mais agressivo quando vem à tona a questão da exploração da erva-mate. Tratava-se de uma denúncia de um problema que o novo governo republicano teria que resolver:

Há poucos anos existiam mais de 20 portos na costa brasileira: atualmente apenas 7, até Mendes! Os demais desapareceram não só por serem ocupados clandestinamente por estrangeiros, em sua maioria argentinos (...), que fizeram com o objetivo de explorar as matas brasileiras somente, como devido à questão da erva-mate na Argentina. De fato! Estes estrangeiros exploram as mesmas matas por espaço de 36 anos mais ou menos e não deixaram o menor benefício! Como demonstração de sua passagem deixaram a devastação! Do solo pátrio apossaram-se, legislaram, impuseram o seu jugo (...) Governavam com prepotência e obedeciam com subserviência! Extraíram erva-mate e madeira transportaram-nas para seus países (...) (Brito, 2005, p. 80).

Tendo em conta tal contexto, Brito não deixou de enfatizar que, com a ascensão do novo governo republicano, a fronteira já não estaria mais abandonada. A partir desse momento, existiria ali, de fato, uma autoridade brasileira. O momento foi registrado apenas sete dias apenas após a proclamação da República, realizada pelo Marechal Deodoro da Fonseca. Enquanto ocorria a mudança de regime, a expedição chegava até a Foz do Iguaçu:

(...) atingimos a foz do Iguaçu a 22 de Novembro de 1889, dia em que completamos 69 dias de viagem!  
No dia 23 o 1º tenente Vice-Diretor publicou a ordem do dia sob n.º 1. Tomou as providências necessárias para que a população iguaçuense e as repúblicas vizinhas tivessem conhecimento que na foz do Iguaçu já havia autoridade constituída para os efeitos legais (...)  
Eis a verdade histórica. (Brito, 2005, p. 78-79).

Por se tratar de um relato póstumo, escrito quarenta anos após a expedição, o militar salientou, na conclusão da obra, que o governo republicano logrou ter êxito no que tocava o desenvolvimento da fronteira. Em sua visão, já não existia mais o “problema argentino”, naquela altura já existiam caminhos que ligavam a região a outros pontos do Brasil, não havendo mais a dependência de importar produtos argentinos via Posadas:

Devido ainda ao Governo Federal, nós (...) do oeste paranaense conhecemos a Aviação, a maior maravilha do século, obra de um brasileiro – o genial Santos Dumont. Como sinal de progresso, observamos mais que no período de 1931 a esta data estabeleceram 12 casas comerciais, 2 máquinas para descascar arroz, uma para fabricar



A influência dos fatores internos na formulação da política externa:  
o caso da fronteira Brasil-Argentina (1880-1900)

gelo (...) possui edifícios notáveis, como o Quartel da Companhia do Exército Nacional (...) atestado evidente do progresso de um povo. Graças aos agricultores (...) não importamos mais cereais da República Argentina, conforme acontecia efetivamente antes daquele era. (Brito, 2005, p. 90-91)

De certa maneira, o relato do militar reflete algo sobre as relações entre Brasil e Argentina durante o final do século XIX. O problema do litígio fronteiriço foi resolvido em 1895, através de uma arbitragem internacional sob o auspício do presidente dos Estados Unidos, Stephan Grover Cleveland, que arbitrou em favor do Brasil, assinando o Tratado de Palmas, estabelecendo assim a linha de fronteira que perdura até os dias de hoje.

Por fim, Brito enfatizou que já não existem mais inimigos na fronteira, no entanto, citando o militar Floriano Peixoto, segundo presidente da República Brasileira (1891-1894), registrou que sempre é necessário desconfiar de quem está do outro da fronteira:

(...) Do lado do Iguazu é povoado até os Saltos de S. Maria (...) pela sua configuração geográfica (...) serve de atalaia – contra alguma investida estrangeira que porventura surgir... Não temos inimigos na costa, é certo, mas não devemos desprezar o dilema do insigne “Marechal de Ferro” – Floriano Peixoto: “Confiar desconfiando sempre”. (Brito, 2005, p. 88-89)

Tal afirmação reflete sobre como a problemática do avanço das fronteiras internas acabou refletindo nas questões externas com o país vizinho. A ocupação da região fronteiriça poderia desembocar na estabilidade das relações com a Argentina. Era uma questão de legitimar a presença estatal em um território já arbitrado a favor do Brasil, mas que ainda carecia de uma ocupação formal, daí resultava a preocupação do então novo regime republicano. Podemos concluir que a mudança de regime político não mudou a tônica da problemática imperial de ocupar os espaços internos de seu território, ela apenas foi potencializada no sentido de garantir os interesses brasileiros na Bacia do Prata.

## Referências

- ABREU, Regina. *O enigma de Os Sertões*. Rio de Janeiro: Funarte/Rocco, 1998.
- ALEIXO, José Carlos Brandi, “Simón Bolívar e o Brasil”. In: *Síntese: Revista de Filosofia*, v. 10, nº 29, pp. 29-35, 1983.
- AMABLE, Maria Angelica., ROJAS, Liliana Mirta, & BRAUNIG, Karina Dohmann. *Historia Misionera: una perspectiva integradora*. Posadas: Montoya, 2011.
- BRITO, José Maria de. *Descoberta de Foz do Iguazu e a fundação da Colônia Militar*. Foz do Iguazu; Travessa dos Editores, 2005.



- BRÜGGEMANN, Adelson André. A sentinela isolada: O cotidiano da colônia militar de Santa Thereza (1854-1883). 2013. *Dissertação de Mestrado*. Universidade Federal de Santa Catarina.
- ELIAS, Norbert. *A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia da corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
- MELLO E SILVA, Alexandra de. O Brasil no continente e no mundo: atores e imagens na política externa brasileira contemporânea. In: *Estudos Históricos*, v. 8, nº 15, pp. 95-118, 1995.
- MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *Argentina, Brasil y Estados Unidos. De la Triple Alianza al Mercosur. Conflicto e integración en América del Sur*. Buenos Aires: Grupo Editorial Norma, 2004.
- NUNES, Francivaldo Alves. Aspectos da Colonização Militar no Norte do Império: Povoamento, segurança, defesa do território e conflitos. In: *Revista Brasileira de História Militar*, nº 7, abril 2012.
- PERINA, Rubén. El estudio de la política exterior y las relaciones internacionales. In: RUSSELL, Roberto; PERINA, Rubén (Orgs). *Argentina en el mundo (1973-1983)*. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1988.
- SERJE, Margarita. *El revés de la nación, Territorios salvajes, fronteras y tierra de nadie*. Bogotá: Universidad de Los Andes, 2005.
- TURNER, Frederick Jackson. O significado da fronteira na História Americana. In: KNAUSS, Paulo (org.). *Oeste Americano*. Niterói: Editora da UFF, 2004, pp. 23-54.
- ZUSMAN, Perla. La alteridad de la nación. La formación del Territorio del Noroeste del Río Ohio de los Estados Unidos (1787) y de los Territorios Nacionales en Argentina (1884). In: *Doc. Anál. Geogr*, vol. 56/3, 2010.